

# Revista de Processo

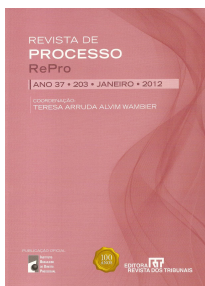
## São Paulo, n. 233, jul. 2014

### Doutrina

#### Artigos

- ◆ Administrative justice in Brazil: A judicial, non judicial or hybrid jurisdiction?  
*Ricardo Perlingeiro*
- ◆ Diálogo entre cortes nacionais e cortes internacionais  
*Remo Caponi, Pedro Gomes de Queiroz*
- ◆ A previsão do princípio da eficiência no Projeto do Novo Código de Processo Civil brasileiro  
*Leonardo Carneiro da Cunha*
- ◆ O Projeto de Novo CPC e a ação probatória não cautelar: Variações a respeito do tema  
*Rogério Licastro Torres de Mello*
- ◆ Tutelas de urgência: novas perspectivas e o Projeto do Novo Código de Processo Civil  
*Gabriel Carmona Baptista*
- ◆ Notas sobre o problema da chamada "decisão-surpresa"  
*Estêvão Mallet*
- ◆ Foro por prerrogativa de função nas ações civis públicas por improbidade administrativa  
*Eduardo Cambi, Morena Gabriela C. S. P. Batista*
- ◆ O Supremo Tribunal Federal e a nova separação de poderes: Entre a interpretação da Constituição e as modificações na engenharia constitucional  
*Georges Abboud, Rafael Tomaz de Oliveira*
- ◆ O esforço do Projeto de Código de Processo Civil contra a jurisprudência defensiva  
*José Wellington Bezerra da Costa Neto*
- ◆ O ônus da prova no direito processual civil e a sua inversão - A visão do STJ  
*Rafael Vinheiro Monteiro Barbosa*
- ◆ Retrato del revisionismo garantista en el proceso civil a través de Klein y Wach: algunas precisiones sobre eficiencia y derechos procesales  
*Álvaro J. D. Pérez Ragone*

- ◆ Tutela jurisdicional coletiva dos investidores no mercado de capitais e dos sócios minoritários e a judicialização da negativa de fusão entre Pão de Açúcar e Carrefour  
*Camilo Zufelato*



# Revista de Processo

## São Paulo, n. 234, ago. 2014

### Doutrina

#### Artigos

- ◆ Da admissão de pedido de divulgação formal do litígio como tutela cautelar: Caso Aeroporto Internacional de Guarulhos  
*Luiz Guilherme Marinoni, Daniel Mitidiero*
- ◆ Competência intuitu personae: a competência da Justiça Federal e a natureza jurídica da Ordem dos Advogados do Brasil  
*Guilherme Peres de Oliveira*
- ◆ Sobre a legitimidade para o recurso adesivo e a natureza jurídica da decisão que extingue a execução, em relação a um dos executados  
*Carlos Roberto Barbosa Moreira*
- ◆ A efetividade da razoável duração do processo e a gestão pública  
*Natália Zampieri*
- ◆ Cooperação judicial internacional no novo Código de Processo Civil  
*José Maria Tesheiner*
- ◆ Contributo para a definição de ratio decidendi na teoria brasileira dos precedentes judiciais  
*Lucas Buril de Macêdo*
- ◆ O precedente judicial em paralelo a súmula vinculante: pela (re)introdução da faticidade ao mundo jurídico  
*Aline Hadad Ladeira, Alexandre Melo Franco Bahia*
- ◆ O arresto on-line e o princípio da execução menos gravosa para o credor  
*Rafael Vinheiro Monteiro Barbosa, Camila D'Oliveira Ale*
- ◆ Direito Processual Arbitral: natureza processual da relação jurídica arbitral e incidência do Direito Constitucional Processual  
*Eduardo Arruda Alvim, André Ribeiro Dantas*
- ◆ A exigência de publicidade dos atos processuais na perspectiva do direito ao processo justo  
*Luis Alberto Reichelt*

- ◆ A inconstitucionalidade do instituto da suspensão de sentença por decisão monocrática do presidente do Tribunal - O estudo do caso do pedágio entre Jacarezinho/PR e Ourinhos/SP  
*Diogo Castor de Mattos, Eduardo Cambi*
- ◆ Aspectos processuais polêmicos do agravo de instrumento  
*Guilherme de Almeida Vanin*
- ◆ Carta psicografada como fonte de prova no processo civil  
*Fredie Didier Jr., Paula Sarno Braga*
- ◆ Tratamento coletivo adequado das demandas individuais repetitivas pelo juízo de primeiro grau: Análise das regras vigentes e daquelas inseridas no Código de Processo Civil projetado  
*Flávia de Almeida Montingelli Zanferdini, Alexandre Gir Gomes*
- ◆ Un avance en el control de convencionalidad (El efecto erga omnes de las sentencias de la Corte Interamericana)  
*Juan Carlos Hitters*
- ◆ O mandado de injunção como instrumento de solução das lacunas legais ("fracas-fortes") no direito brasileiro  
*Hermes Zaneti Jr, Rodrigo Mazzei*